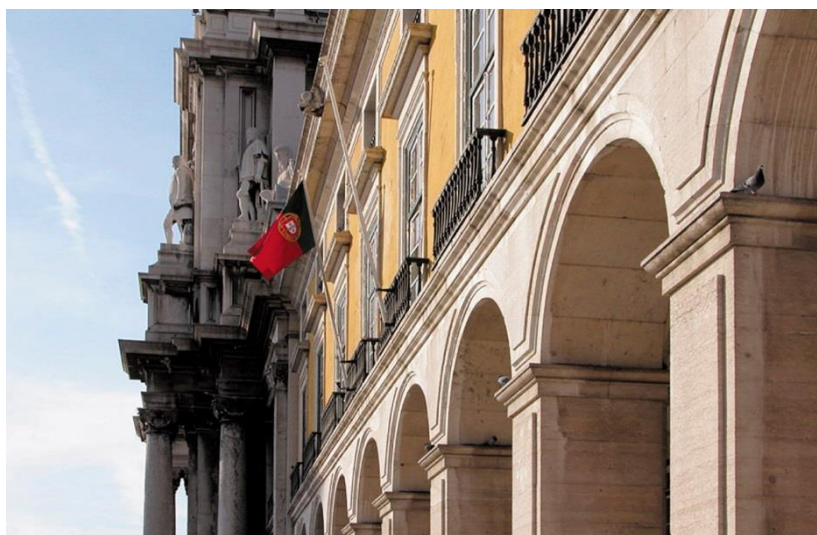


BOLETIM DE 2019

SECÇÃO DE CONTENCIOSO



CARLA CARDADOR
NUNO COELHO

JANEIRO

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça

Reclamação

Omissão de pronúncia

Nulidade de acórdão

Erro de julgamento

Princípio da igualdade

Liberdade de expressão

- I - Não há que confundir entre nulidades de decisão e erros de julgamento (seja em matéria substantiva, seja em matéria processual). As primeiras (*errores in procedendo*) são vícios de formação ou atividade (referentes à inteligibilidade, à estrutura ou aos limites da decisão, isto é, trata-se de vícios que afetam a regularidade do silogismo judiciário) da peça processual que é a decisão, nada tendo a ver com erros de julgamento (*errores in iudicando*), seja em matéria de facto seja em matéria de direito. As nulidades ditam a anulação da decisão por ser formalmente irregular, as ilegalidades ditam a revogação da decisão por se apresentar juridicamente inquinada (destituída de mérito jurídico).
- II - Não é subsumível à figura da (nulidade por) omissão de pronúncia, quando a recorrente se insurge contra supostos erros de julgamento, quer quanto aos factos quer quanto ao direito, constantes no acórdão proferido.
- III - As questões que não foram tratadas no acórdão reclamado não tinham que ser tratadas, uma vez que não faziam parte do objeto do recurso (*rectius* ação administrativa) tal como foi configurado na respetiva petição (que define o objeto da ação), nem (sendo de oficioso conhecimento) estavam em causa (isto é, não se manifestavam relevantemente nos autos).
- IV - Não ocorreu violação do princípio da igualdade no acórdão reclamado porque a decisão que foi tomada nos presentes autos não estava vinculada a qualquer precedente, como porque, no que respeita à decisão que a reclamante transcreve parcialmente, se vê que teve por base factos e circunstâncias totalmente diferentes das que estão aqui em causa.
- V - Não ocorreu violação do princípio da liberdade de expressão no acórdão reclamado visto que em matéria de acatamento da decisão do tribunal superior não há, por natureza, espaço para tergiversações ou entendimentos pessoais divergentes por parte do juiz do tribunal inferior, mas sim e unicamente obrigação de cumprir a decisão.

22-01-2019

Proc. n.º 75/17.3YFLSB

José Rainho (relator)

Abrantes Geraldês

Raul Borges

Isabel São Marcos
Olindo Geraldes
Pinto Hespanhol (Presidente)

Suspeição
Imparcialidade
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura
Falta de fundamentação
Infracção disciplinar
Infração disciplinar
Ónus de alegação
Deveres funcionais
Dever de zelo
Dever de correcção
Dever de correção
Independência dos tribunais
Competência
Discricionariedade técnica
Suspensão do exercício de funções
Desconto
Suspensão preventiva
Juiz
Recurso contencioso

- I - Os motivos de suspeição pressupõem seriedade e gravidade adequadas a gerar dúvidas sobre a imparcialidade da intervenção no acto do órgão ou do seu agente, pelo que só poderão ser aceites quando assumam tal natureza, devendo ser encarados na dupla perspectiva da imparcialidade subjectiva e da imparcialidade objectiva. Na garantia da imparcialidade objectiva, sobreleva a compreensão externa sobre a aparência de correcção da actuação da Administração, não pela impressão subjectiva do destinatário da actuação quanto ao risco de algum prejuízo ou preconceito existente contra si, mas, antes, por motivos relevantes e que, pelo lado também de um homem médio, objectivamente, possam ser encarados com desconfiança, por poderem ser vistos, externamente, como susceptíveis de afectar, na aparência, a garantia da boa actuação da Administração.
- II - Assim, em abstracto, é susceptível de gerar a aparência de uma incorrecta actuação da administração a expressão pública pelo agente do respectivo órgão de uma qualquer convicção pré-adquirida sobre a conduta do particular visado pelo acto administrativo, formada à margem ou independentemente dos dados fornecidos pelo próprio procedimento destinado à formação da concernente decisão.
- III - No caso, não vem alegado facto algum tendente a demonstrar que a participação do membro do CSM na deliberação ora impugnada foi enfermada por qualquer eventual convicção pré-adquirida sobre a sua

conduta nas circunstâncias em que o mesmo terá exprimido de forma pública, «em diversos meios de comunicação social», «o seu entendimento sobre a matéria dos autos» e, mesmo que se admitisse, em tese, que essa participação, objectivamente valorada, pudesse estar inquinada por uma convicção pré-adquirida, ainda assim, o autor não teria fornecido o mais leve indício de que a eventual contaminação desse contributo tivesse tido qualquer efeito de relevante contágio para a formação de uma deliberação que foi tomada unanimemente pelo amplo colégio que forma o CSM.

- IV - O acto administrativo, que afecte direitos ou interesses legalmente protegidos, deve compreender a exposição sucinta dos fundamentos de facto e de direito da decisão acessível, percepçionável por qualquer pessoa sem os conhecimentos do agente da Administração e de modo a poder convencer da lisura e legalidade do resultado dessa sua actividade a generalidade dos cidadãos e não apenas o respectivo destinatário.
- V - É de concluir pela suficiência da fundamentação quanto ao elemento subjectivo da infração disciplinar imputada ao A. se a exposição das razões da decisão permite, claramente, a um destinatário razoável e normal a apreensão da dedução da verificação daquele elemento, posto que, preenchido o conhecimento da totalidade dos elementos objectivos, estes exteriorizem, na perspectiva da generalidade dos cidadãos, a vontade da prática dos factos.
- VI - O direito disciplinar tem natureza e finalidades diversas do direito criminal e daí que naquele, contrariamente ao que sucede neste, se admita em qualquer ilícito a existência de deveres inominados ou atípicos, para permitir à Administração atingir os fins que lhe competem e não deixar impunes condutas disciplinarmente relevantes, com o sacrifício da igualdade e da justiça, que a previsão de tipos legais fixos e concretos possibilitaria.
- VII - A independência do poder judicial *«assegura a cada pessoa o direito a um julgamento justo e, portanto, não é uma prerrogativa ou privilégio concedido no interesse próprio dos juízes, mas uma garantia do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, permitindo que qualquer pessoa tenha confiança no sistema de justiça»*.
- VIII - As competências (administrativas) dos órgãos com poderes gestionários na comarca deparam com a fronteira estabelecida pela independência interna (ou funcional) do juiz que se manifesta, não apenas na função de julgar, mas também na direcção da marcha do processo, ou seja, na direcção de todos os actos processuais orientados para a obtenção da decisão.
- IX - Todavia, resulta de uma visão desfocada dessa garantia dos cidadãos a sua invocação por um juiz que, de modo não compaginável com as exigências do cargo, pretendeu determinar a integral materialização de todos os processos e apensos, contra o sentido do que todos os demais reputavam serem as práticas administrativas "recomendadas" e intimidando ou colocando em situação de grave constrangimento todos os funcionários dele funcionalmente dependentes.

- X - Na avaliação da conduta do autor importa essencialmente uma apreciação global dos factores que são relevantes de acordo com o que resulta da lei, ponderados de acordo com critérios de conveniência e de oportunidade, a que alude o art. 3.º, n.º 1, do CPTA, dentro da vasta margem de discricionariedade técnica do CSM. Assim, a fundamentação gizada pelo CSM para o sancionamento de tal conduta com a pena disciplinar de 150 dias de suspensão de exercício, em conformidade com a avaliação de tais parâmetros, emerge como suficiente, transparente, inteligível e congruente, à luz dos princípios fundamentais da adequação, da razoabilidade e da proporcionalidade.
- XI - A suspensão preventiva de arguido na pendência de processo disciplinar e a pena disciplinar de suspensão de exercício dispõem de natureza, finalidade e efeitos insusceptíveis de qualquer confusão, pelo que, em princípio, não deve ser atendido o pretendido desconto do período de duração daquela medida no tempo desta pena desta disciplinar

22-01-2019

Proc. n.º 77/18.2YFLSB

Alexandre Reis (relator) *

Tomé Gomes

Manuel Matos

Ferreira Pinto

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Classificação de serviço
Discricionariedade técnica
Erro sobre os pressupostos de facto
Falta de fundamentação
Atraso processual
Depósito de sentença
Princípio da igualdade
Ónus de alegação
Dever de fundamentação
Inamovibilidade dos magistrados judiciais
Independência dos tribunais
Princípio da proporcionalidade
Sanção disciplinar
Interesse em agir
Princípio da confiança
Princípio da imparcialidade
Princípio inquisitório
Suspeição
Conflito de interesses
Presunção

Interesse público
Conselho Superior da Magistratura
Legitimidade
Matéria de facto
Poderes do Supremo Tribunal de Justiça
Indeferimento
Meios de prova
Juiz
Recurso contencioso
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Mesmo fora do campo dos procedimentos sancionatórios, é de admitir uma interpretação actualista das normas dos arts. 168.º, n.º 5, e 178.º do EMJ e, nessa senda, entender, ainda que nos circunscritos termos traçados pelos arts. 3.º, n.º 1, 50.º e 95.º, n.º 3, todos do CPTA, que já é possível suscitar a apreciação pelo STJ de determinados pontos da fundamentação factual da decisão do Conselho Superior da Magistratura, desde que devidamente identificados e o interessado demonstre a justificação e a necessidade da impugnação deduzida.
- II - Os motivos de suspeição pressupõem seriedade e gravidade adequadas a gerar dúvidas sobre a imparcialidade da intervenção no acto do órgão ou do seu agente, pelo que só poderão ser aceites quando assumam tal natureza, devendo ser encarados na dupla perspectiva da imparcialidade subjectiva e da imparcialidade objectiva e, nesta, sobreleva a compreensão externa sobre a aparência de correcção da actuação da Administração, não pela impressão subjectiva do destinatário da actuação quanto ao risco, de algum prejuízo ou preconceito existente contra si, mas, antes, por motivos relevantes e que, pelo lado também de um homem médio, objectivamente, possam ser encarados com desconfiança, por poderem ser vistos, externamente, como susceptíveis de afectar, na aparência, a garantia da boa actuação da Administração.
- III - Assim, é de admitir a possibilidade de, em abstracto, a participação num acto que vise um juiz por parte de um qualquer vogal do CSM – quer seja juiz, quer, p. ex., exerça profissionalmente a advocacia em processo(s) da titularidade do visado – conforme um conflito de interesses susceptível de gerar a aparência de que não agiu de modo adequado e idóneo a preservar a imagem de descomprometimento e equidistância da administração, desde que a gravidade e a seriedade desse conflito de interesses emirjam realçadas nas concretas razões alegadas pelo interessado visado pelo acto.
- IV - No caso particular do CSM, não pode olvidar-se que se trata do órgão que, não obstante dispor de natureza meramente administrativa, é independente e revestido de especial exigência no tocante à legitimidade democrática, à isenção e à imparcialidade, por estar incumbido do autogoverno do poder judicial (cf. arts. 217.º e 218.º da CRP) e de promover o poder judicial independente e respeitado pelos demais

poderes e pelos cidadãos, enquanto pilar básico dum moderno estado e pedra angular da essência em que se consubstancia a ideia de estado de direito, plasmada no art. 6.º da CEDH e no art. 203.º da CRP.

- V - A composição do CSM assegura uma diversificada mas relativamente equilibrada legitimação democrática porquanto, não obstante dispor de uma maioria de membros designados, de entre pessoas de reconhecido mérito, pelos órgãos de soberania directamente eleitos – PR e AR –, conta também com uma significativa presença de membros oriundos da própria magistratura, sendo a maior parte deles (sete) eleitos pelo corpo único dos juízes dos tribunais judiciais, sem distinção de qualquer das suas três categorias e de harmonia com o princípio da representação proporcional, o que contribui para robustecer a sua legitimidade democrática.
- VI - Perante um órgão com tais natureza e diversidade de fontes de legitimidade e cujas deliberações são tomadas à pluralidade dos votos, só com a invocação de razões tangível e seriamente convincentes pode ser arredada a presunção de que qualquer dos seus membros eleitos pelo corpo único dos juízes, sem distinção de qualquer das suas três categorias, está, como é normal, imbuído do espírito de serviço público inerente à legitimidade que lhe confere essa eleição e, por isso, não persegue eventuais interesses particulares – nestes abarcados os de grupos ou "tendências" –, formando a sua própria convicção apenas com base nos dados objectivos colhidos no procedimento administrativo; por outro lado, mesmo que se admitisse, em tese, que a participação de algum dos seus múltiplos membros, objectivamente valorada, pudesse estar inquinada por uma convicção pré-determinada pelo interesse particular, de qualquer modo, teria o interessado no acto de evidenciar como poderia a putativa falta de parcialidade do órgão na deliberação ser desencadeada pelo contágio desse contributo eventualmente inquinado.
- VII - O argumentado pela autora sobre o erro na apreciação dos pressupostos jurídico-factuais, tal como sobre os demais vícios invocados, impõe, desde logo, que se relembre que, sendo certo que este Tribunal tem o poder de controlo da juridicidade legalmente vinculada das actuações administrativas do órgão incumbido da gestão e da disciplina relativas aos juízes, está-lhe vedado o conhecimento do mérito não vinculado (discrecionário) dessas actuações para o substituir por outro: quando estejam em causa os critérios de mérito, conveniência e oportunidade, as valorações efectuadas pelo CSM que se insiram no plano da chamada "discrecionabilidade técnica", conceito que implica uma margem de livre decisão, serão, à partida, judicialmente insindicáveis se o impugnante apenas suscitar a bondade do juízo valorativo quanto ao respectivo desempenho funcional.
- VIII - Por isso, do que se tratará é de saber se a matéria tida por provada, com a conjuntura que a contextualiza, é (ou não) suficiente para asseverar que é aceitável, por ser manifestamente perceptível a qualquer pessoa sem os conhecimentos do CSM, a avaliação feita por este órgão quanto à maior ou menor adequação da conduta da autora aos parâmetros que, globalmente, presidem à classificação de serviço (cfr, arts. 33.º do EM] e

12.º e ss. do RSICSM), designadamente quanto aos juízos formulados sobre a produtividade e o cumprimento das regras de processo, incluindo as atinentes à respectiva oportunidade.

- IX - O acto administrativo, que afecte direitos ou interesses legalmente protegidos, deve compreender a exposição sucinta dos fundamentos de facto e de direito da decisão acessível, percepcionável por qualquer pessoa sem os conhecimentos do agente da administração e de modo a poder convencer da lisura e legalidade do resultado dessa sua actividade a generalidade dos cidadãos e não apenas o respectivo destinatário. Por outro lado, não incumbe a este Tribunal, na decisão da suscitada questão do vício de fundamentação, apreciar todos os fundamentos, razões ou detalhes da argumentação em que a autora se apoia para sustentar essa sua pretensão, mas apenas aferir se a fundamentação da decisão impugnada permite, claramente, «a apreensão por um destinatário razoável e normal» do percurso lógico-racional trilhado, considerando que nos segmentos «integrantes do núcleo de discricionariedade técnica a exposição das razões da decisão pode cingir-se ao elencar dos elementos relevantes e à correlativa expressão pontual».
- X - A comunicação por "apontamento" do sentido das sentenças penais é uma prática processualmente incorrecta, grosseiramente ilegal, inadmissível e geradora de frequentes casos de um inaceitável descontrolo dos serviços, com consequências graves para as partes e para o próprio prestígio dos tribunais, conexas com o cometimento da falsidade intelectual consistente na referência à leitura da sentença numa data em que esta ainda não estava realmente elaborada e com a aposição, na sua redacção, de uma menção não verdadeira acerca da data da sua efectiva elaboração e junção aos autos, tratando-se, por tudo isso, de um comportamento susceptível de valoração disciplinar.
- XI - Assim, constata-se ser a matéria tida por provada quanto a tal prática e em que a deliberação impugnada foi fundamentada mais do que suficiente para asseverar que são aceitáveis, por serem manifestamente perceptíveis a qualquer pessoa sem os conhecimentos do CSM, os juízos formulados e a avaliação feita quanto à imputada desadequação da prestação da autora à atribuição de uma classificação superior a "bom".
- XII - A atribuição à prestação da autora, não obstante aquela avaliação, da classificação de "bom", que ainda «equivale ao reconhecimento de que o juiz revelou possuir qualidades a merecerem realce para o exercício daquele cargo», só se torna perceptível por se poder concluir que a ponderação do CSM conferiu uma exacerbada valorização de aspectos positivos da prestação daquela e, nomeadamente, um efectivo e extraordinário relevo às capacidades humanas e à preparação técnica da mesma, aludindo, quanto a esta preparação, a um «meritório recorte técnico», de nível, por certo, absolutamente excepcional.
- XIII - O resultado de anteriores classificações e pareceres nos respectivos âmbitos produzidos constituem, tão-somente, elementos a considerar na inspecção, mas não têm préstimo enquanto critérios determinantes da avaliação nesta imposta. Assim, a circunstância de um juiz, em

determinada etapa da sua carreira, se ter alcandorado a um determinado patamar classificativo não gera na sua esfera qualquer legítima expectativa ou confiança merecedora de tutela jurídica de que dele não será apeado se, posteriormente, a qualidade da sua prestação não corresponder ao grau para o mesmo exigido.

- XIV - O princípio fundamental da igualdade (arts. 13.º da CRP e 6.º do CPA), em estreita associação com o já abordado princípio da imparcialidade, vincula a administração pública a concretizar os poderes discricionários que lhe são conferidos para a prossecução do interesse público, aplicando, consistentemente, os mesmos critérios a todos os particulares que se encontrem em situação idêntica. Como tal, deve o CSM utilizar critérios uniformes para avaliar factos com contornos semelhantes e, assim, retirar ou, pelo menos, mitigar a sempre inevitável carga de subjectividade inerente aos pareceres que cada um dos seus inspectores emite sobre os factos que apura e reporta ao órgão. Em sede de impugnação judicial da deliberação deste, o Tribunal trata de harmonizar a necessidade de uma fundamentação suficiente com a da sua clareza e da sua apreensibilidade, para poder aferir se a sua sucinta exposição exhibe, congruente, inteligível e suficientemente, a respectiva *ratio*, também à luz do princípio da igualdade.
- XV - A inamovibilidade do juiz, constitucionalmente imposta para assegurar a independência e esta para garantir a imparcialidade, não é um princípio absoluto e daí que se compreenda que o legislador adopte medidas adequadas a garantir que a prestação do juiz em determinados lugares mantenha o nível de qualidade conciliável com a classificação que a afectação ao seu desempenho pressupõe, nomeadamente que, para tanto, consagre a regra da perda do lugar como efeito da perda dos requisitos que já se encontrassem positivados no ordenamento jurídico para a nomeação, medida que, não deixando ao CSM qualquer margem de discricionariedade ou subjectividade, não derroga, desproporcionadamente, princípios fundamentais aplicáveis aos juizes, como é o da inamovibilidade.
- XVI - Não se pode ligar qualquer estigma à atribuição de uma notação ("bom") reservada ajuizes que revelarem «possuir qualidades a merecerem realce para o exercício» do cargo, assim como não há motivo para encarar a sujeição a movimentação obrigatória de um juiz que tenha perdido os requisitos exigidos para o lugar em que está colocado – visando o objectivo de assegurar uma administração da justiça qualitativamente superior – como uma sanção disciplinar de transferência, aplicada sem processo, por não lhe corresponderem as consequências para a carreira do juiz inerentes a essa sanção.
- XVII - A fundamentação gizada pelo CSM para a atribuição à autora da classificação de "bom", em conformidade com a avaliação global dos parâmetros que são relevantes de acordo com o que resulta da lei e do RSICSM, a que o próprio órgão se autovinculou, ponderados de acordo com critérios de conveniência e de oportunidade, a que alude o art. 3.º, n.º 1, do CPTA, dentro da vasta margem de discricionariedade técnica ao

dispor daquele, emerge como suficiente, transparente, inteligível e congruente, à luz dos princípios fundamentais da adequação, da justiça, da razoabilidade, da proporcionalidade, da igualdade e da boa-fé.

XVIII - O CSM, como a Administração em geral, goza da presunção da legalidade da sua actuação, pelo que a A, almejando impugnar a deliberação sob o prisma da uniformidade de critérios e, como tal, do princípio da igualdade, teria de ter invocado factos concretos idóneos a fazer tremer tal presunção, assim demonstrando interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade, ao visar o acesso e reexame de documentos nominativos, no caso, a generalidade das classificações atribuídas todos os juízes colocados na mesma jurisdição (penal) e no mesmo período da inspecção a que foi sujeita.

22-01-2019

Proc. n.º 65/18.9YFLSB

Alexandre Reis (relator) *

Tomé Gomes

Manuel Matos

Ferreira Pinto

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Suspensão da eficácia

Pressupostos

Periculum in mora

Fumus boni iuris

Nexo de causalidade

Prejuízo de difícil reparação

Incertos

Graduação

Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação

Antiguidade

Licença sem vencimento

- I - O decretamento da providência cautelar de suspensão de eficácia do ato depende da verificação cumulativa dos requisitos seguintes: (i) o fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal (*periculum in mora*); (ii) a aparência do direito invocado (*fumus boni iuris*); (iii) a proporcionalidade e a adequação da providência aos interesses públicos e privados em presença.

- II - Considerando que o requerente fundamentou a suspensão de eficácia em supostos prejuízos incertos, que não emergem diretamente da deliberação suspendenda, e que todos os incertos efeitos danosos invocados seriam cabalmente revertidos em consequência da visada anulação da deliberação impugnada, não se verifica o requisito «fundado receio» de que depende a concessão da requerida providência.
- III - Assim, é despicienda a indagação sobre o preenchimento do requisito *fumus boni iuris*, bem como a ponderação sobre a proporcionalidade e a adequação da providência aos interesses públicos e privados em presença, termos em que deve ser indeferida a suspensão de eficácia requerida.

22-01-2019

Proc. n.º 88/18.8YFLSB

Alexandre Reis (relator) *

Tomé Gomes

Manuel Matos

Ferreira Pinto

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

FEVEREIRO

Juiz

Classificação de serviço

Falta de fundamentação

Erro de julgamento

Discricionariedade técnica

Violação de lei

Poderes do Supremo Tribunal de Justiça

Erro grosseiro

Erro sobre os pressupostos de facto

Inspecção judicial

Inspeção judicial

Invalidade

Processo disciplinar

Taxa de justiça inicial

Isenção de custas

Recurso contencioso

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Uma vez que, no caso, é seguro que a interpretação do discurso fundamentador da atribuição da notação permite a um destinatário medianamente diligente aperceber-se do itinerário cognoscitivo e

valorativo seguido pelo CSM para denegar a pretensão exposta na reclamação para o respetivo Conselho Plenário, propiciando à recorrente conhecer das razões que sustentaram a manutenção da questionada classificação de serviço, não se configura a alegada falta de fundamentação da deliberação recorrida.

- II - O vício de violação de lei ocorre quando é efetuada uma interpretação errónea da lei, aplicando-a a realidade a que não devia ser aplicada ou deixando-a de aplicar a realidade que devia ser aplicada.
- III - Assentando a avaliação da prestação da recorrente, e a atribuição da pertinente classificação de serviço, numa valoração autónoma que escapa às regras da mera subsunção legal, mostra-se lógica e conceptualmente arredada a hipótese de se descortinar um vício de violação de lei na deliberação recorrida.
- IV - Nem o EMJ, nem o Regulamento do Serviço de Inspeções Judiciais do CSM, impõem que, em todas as inspeções, se encete uma comparação com o desempenho de outros juizes de direito em idênticas circunstâncias, já que, como é natural, supõe a possibilidade de existirem juizes cujos desempenhos possam ser confrontados com a prestação do inspecionado, sendo que não cabe nos poderes cognitivos do STJ determinar se a formulação desse juízo comparativo tinha interesse para a consecução das finalidades da inspeção, visto que se trata de matéria em que imperam juízos de conveniência e de oportunidade que são privativos da Administração.
- V - Assim, considerando que a recorrente simplesmente discorda dos critérios e da deliberação do CSM na avaliação do mérito do seu desempenho funcional, e que o CSM, na sobredita avaliação, agiu com submissão à lei, não se descortinando erro manifesto ou grosseiro relativamente ao correspondente substrato factual ou que os critérios de avaliação utilizados se revelem ostensivamente desajustados, falece o pretendido erro de valoração determinante da invalidação da deliberação recorrida.

20-02-2019

Proc. n.º 68/18.3YFLSB

Helena Moniz (relatora) *

Alexandre Reis

Tomé Gomes

Manuel Augusto de Matos

Ferreira Pinto

Graça Amaral

Pinto Hespanhol (Presidente)

Aposentação compulsiva
Advogado em causa própria
Juiz
Constituição obrigatória de advogado
Absolução da instância

Patrocínio forense
Recurso contencioso
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

A aplicação à recorrente da sanção disciplinar de aposentação compulsiva determina a perda do direito de advogar em causa própria (arts. 19.º e 106.º do EMJ), pelo que, não tendo aquela, apesar de notificada para o efeito, constituído mandatário forense que a patrocine, deve o CSM ser absolvido da instância.

20-02-2019
Proc. n.º 23/18.3YFLSB
Isabel São Marcos (relatora)
Alexandre Reis
Tomé Gomes
Raul Borges
Ferreira Pinto
José Raínho
Olindo Geraldes
Pinto Hespanhol (Presidente)

Juiz
Classificação de serviço
Reclamação
Inspector judicial
Inspetor judicial
Invalidade
Questão prejudicial
Processo disciplinar
Suspensão
Relatório de inspecção
Relatório de inspeção
Meios de prova
Indeferimento
Discrecionariedade técnica
Poderes do Supremo Tribunal de Justiça
Erro grosseiro
Princípio da legalidade
Princípio da proporcionalidade
Princípio da justiça
Princípio da razoabilidade
Recurso contencioso
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Tendo em conta que o CSM se pronunciou sobre a reclamação dirigida contra o despacho do inspector judicial que decidiu não haver

fundamento para que se requisitassem certos elementos informativos, rejeitando-a, improcede a pretendida invalidade da deliberação recorrida deduzida com o fundamento no não conhecimento dessa reclamação.

- II - Não se configurando qualquer questão prejudicial impeditiva do seguimento do processo inspetivo, porquanto a decisão a tomar neste não estava dependente de decisão a tomar no processo de inquérito ou disciplinar e o processo inspetivo já continha a factualidade relevante, não decorre da rejeição implícita da suspensão do processo inspetivo, por parte do CSM, qualquer invalidade que afete a deliberação recorrida.
- III - Não se mostrando necessárias ou de interesse as diligências de prova requeridas pelo recorrente, após notificação do relatório inspetivo, improcede a arguição de invalidade da deliberação recorrida fundada no indeferimento dessas diligências.
- IV - O Tribunal tem o poder do controlo da juridicidade legalmente vinculada das atuações administrativas do CSM, mas não lhe cabe o conhecimento do mérito não vinculado (discricionário) dessas atuações.
- V - Assim, considerando que o recorrente simplesmente discorda dos critérios e da deliberação do CSM na avaliação do mérito do seu desempenho funcional, e que o CSM, na sobredita avaliação, agiu com submissão à lei, não se descortinando erro manifesto, crasso ou grosseiro relativamente ao correspondente substrato factual ou que os critérios de avaliação utilizados se revelem ostensivamente desajustados, falece a arguida invalidade da deliberação impugnada por violação dos princípios da legalidade, proporcionalidade, justiça e razoabilidade.

20-02-2019

Proc. n.º 42/18.0YFLSB

José Rainho (relator) *

Alexandre Reis

Tomé Gomes

Raul Borges

Ferreira Pinto

Helena Moniz

Olindo Geraldes

Pinto Hespanhol (Presidente)

MARÇO

Classificação de serviço
Reclamação hierárquica
Impugnação
Movimento judicial
Suspensão da eficácia
Interpretação da lei
Requisitos
Colocação dos juízes de direito
Publicação

Princípio da igualdade
Boa-fé
Princípio da confiança
Princípio da proporcionalidade
Princípio da justiça
Princípio da imparcialidade
Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura
Despacho
Constitucionalidade
Juiz
Recurso contencioso
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Sob pena de não se garantir a igualdade de tratamento de todos os juízes com requisitos idênticos, face aos dados relevantes disponíveis e actualizados na mesma data, deve ser considerada na respectiva movimentação a notação mais recente e passível de o ser, tal como sucedeu com a deliberação ora questionada, ao atender a todas as classificações que no dia 12-06-2018 foram fixadas, a par das já então vigentes.
- II - Em princípio, o movimento de juízes, como qualquer outro acto administrativo, deve ter em conta, na data da sua efectivação, os dados actuais e definitivamente vinculantes para a própria entidade que o pratica, entre os quais se incluem, no que ao CSM respeita, os resultantes das suas próprias deliberações em Plenário, que não são susceptíveis de reclamação (hierárquica), mas apenas de impugnação judicial, a qual, no entanto, não suspende a eficácia do acto recorrido.
- III - Segundo tudo indica, com o que está escrito na deliberação de 10-05-2018, concretizada no ponto n.º 19 do Aviso (extrato) n.º 6475-A/20018, publicado no DR, 2.ª série, de 15-05-2018, o CSM socorreu-se dos termos “reclamação” e “impugnação” com o seu sentido correntemente adquirido pela generalidade dos que eram os destinatários do Aviso (os juízes dos tribunais judiciais de 1ª instância), ou seja, no sentido de deliberação ou homologação de propostas de notação que não tivessem suscitado contradita de qualquer espécie por parte do visado.
- IV - Com o objectivo de fazer relevar no movimento judicial a notação mais recente e passível de ser atendida, o CSM instituiu a rotina – de que os juízes têm conhecimento e plenamente concretizada no questionado Aviso – de considerar, não a (impraticável) data limite do próprio acto (movimento), nem, também, a da publicação do aviso do concurso, ou seja, a do início da preparação de todas as operações tendentes ao acto, mas a data intermédia das suas sessões do mês intercalar (Junho) em que o funcionamento colegial do órgão lhe permita actualizar as classificações para esse efeito, debruçando-se sobre todas as propostas de notação formuladas pelos inspectores judiciais, sem “reclamação/impugnação” (no alvitado sentido) do interessado, e sobre

as reclamações das deliberações tomadas nessa matéria pelo seu Conselho Permanente.

- V - Reitera-se que a deliberação atributiva de classificação a um juiz tomada pelo Plenário do CSM é, realmente, definitiva para o próprio órgão e não passível de reclamação, devido à lógica inerente à estrutura e à natureza deste, mas, podendo ser impugnada judicialmente pelos por ela visados, apenas no apontado sentido se reveste de inevitabilidade, uma vez que a eventual decisão judicial da sua anulação, proferida no âmbito da sua impugnação, sempre imporá a prática dos actos necessários à reposição do *statu quo ante* (art. 172.º do CPA).
- VI - Posto isto, embora se possa configurar a possibilidade de algum juiz visado pela deliberação ora impugnada lograr demonstrar circunstâncias que, no seu caso concreto, evidenciem a violação do princípio da tutela da confiança, em abstracto, não se vislumbra em que medida é que aquela deliberação, aliás, inteiramente conforme à prática consolidada do órgão desde havia muitos anos, teria colidido com tal princípio, ou com qualquer outra vertente do princípio da boa fé.
- VII - Quando, no dia 12-06-2018, foi atribuída a um qualquer juiz a notação que determinou a perda dos requisitos exigidos pelo art. 183.º da LOSJ para o lugar em que se encontrava colocado, estava em curso a recepção pela secretaria dos requerimentos apresentados pelos candidatos para o concurso que viria a ser decidido no posterior dia 11/7 desse ano, pelo que, sob esse prisma, aquela perda produziu efeitos «*no movimento judicial seguinte*» e os princípios da tutela da confiança, da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé permaneceram incólumes.
- VIII - Na medida em que a deliberação impugnada – ponto n.º 19 – considerou a data de 12-06-2018 para efeitos de relevância da notação em vigor, *sem reclamação ou impugnação* do interessado, e designadamente para contabilização da antiguidade e da aferição da perda de requisitos a que alude o n.º 5 do artigo 183.º da LOSJ, e tendo em conta que a deliberação que efectivou o movimento judicial se verificou em 11-07-2018, é de reconhecer que os lugares foram colocados a concurso no movimento judicial seguinte ao momento em que foi atribuída a notação.
- IX - Dado que a lei apenas exige a publicação obrigatória em DR das vagas previsíveis, inexistente qualquer violação da lei quanto ao facto do despacho do Vice-Presidente do CSM de 29-05-2018 não ter sido publicado naquele Diário, pois o sobredito despacho não implicou alterações nas vagas previsíveis que foram publicadas em DR.
- X - Também não resultou desse despacho qualquer desigualdade de tratamento, porque, visando apenas os magistrados judiciais com situações passíveis de verificação da perda de requisitos a que alude o art. 183.º, n.º 5, da LOSJ (com a notação atribuída até 12-06-2018), as situações de facto desses magistrados, na sua base/referência, são distintas.
- XI - O procedimento adoptado pelo mesmo despacho conferiu protecção acrescida aos juízes que estavam na situação de eventual perda dos requisitos e não lhes retirou qualquer direito de reclamação ou

impugnação judicial, pelo que não foi violado o princípio da proteção da confiança ou qualquer outro princípio constitucional, especificamente os princípios da legalidade, igualdade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade e colaboração da Administração com os particulares.

- XII - Carecendo de conteúdo factual a invocada violação dos princípios da igualdade e proporcionalidade, imparcialidade, justiça e boa-fé/colaboração da Administração com os particulares, referida à interpretação do artigo 183.º, n.º 5, da LOSJ, em conjugação com o ponto n.º 19 do Aviso de movimento judicial de 2018, improcedem as questões de constitucionalidade suscitadas a este propósito.

21-03-2019

Proc. n.º 44/18.6YFLSB

Alexandre Reis (relator) *

Tomé Gomes

Ferreira Pinto

Olindo Geraldes

Helena Moniz (com voto de vencida)

Raul Borges (com voto de vencido)

José Rainho (com voto de vencido)

Pinto Hespanhol (Presidente)

Movimento judicial

Classificação de serviço

Transferência

Princípio da confiança

Princípio da igualdade

Boa-fé

Princípio da proporcionalidade

Inamovibilidade dos magistrados judiciais

Independência dos tribunais

Sanção disciplinar

Constitucionalidade

Imparcialidade

Discrecionabilidade técnica

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

Juiz

Recurso contencioso

- I - Sob pena de não se garantir a igualdade de tratamento de todos os juízes com requisitos idênticos, face aos dados relevantes disponíveis e actualizados na mesma data, deve ser considerada na respectiva movimentação a notação mais recente e passível de o ser, tal como sucedeu com a deliberação ora questionada (de 11-07-2018), ao atender a todas as classificações que no precedente dia 12-06-2018 foram fixadas, a par das já então vigentes.

- II - Quando, em 12-06-2018, foi atribuída ao autor a notação que determinou a perda dos requisitos exigidos pelo art. 183.º da LOSJ para o lugar em que se encontrava colocado, estava em curso a recepção pela secretaria dos requerimentos apresentados pelos candidatos para o concurso que viria a ser decidido no posterior dia 11-07-2018, pelo que, sob esse prisma, aquela perda produziu efeitos «no movimento judicial seguinte» e os princípios da tutela da confiança, da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé permaneceram incólumes.
- III - A inamovibilidade do juiz, constitucionalmente imposta para assegurar a independência e esta para garantir a imparcialidade, não é um princípio absoluto e daí que se compreenda que o legislador adopte medidas adequadas a garantir que a prestação do juiz em determinados lugares mantenha o nível de qualidade conciliável com a classificação que a afectação ao seu desempenho pressupõe, nomeadamente que, para tanto, consagre a regra estatutária da perda do lugar como efeito da perda dos requisitos que já se encontrassem positivados no ordenamento jurídico para a nomeação, medida que, não deixando ao CSM qualquer margem de discricionariedade ou subjectividade, não derroga, desproporcionadamente, princípios fundamentais aplicáveis aos juízes, como é o da inamovibilidade.
- IV - Do princípio da unicidade estatutária, plasmado no art. 215.º da CRP, decorre que a todos os juízes que formam o corpo único dos titulares dos tribunais judiciais se aplica um só estatuto próprio – com o valor reforçado imposto ao legislador ordinário pelo art. 164.º, al. m), da CRP –, mas não, necessariamente, que as normas que o compõem constem de um único diploma, ou que no mesmo não possa ser feita remissão para normas estatutárias extravagantes, quer expressa quer implicitamente, como é de considerar a feita para a norma do art. 183.º n.º 5 da LOSJ.
- V - A sujeição a movimentação obrigatória de um juiz que tenha perdido os requisitos exigidos para o lugar em que está colocado, visando o objectivo de assegurar uma administração da justiça qualitativamente superior, não pode ser encarada como uma sanção disciplinar de transferência, aplicada sem processo, por não lhe corresponderem o estigma e as consequências para a carreira do juiz inerentes a essa sanção, que necessariamente decorre da comprovação do cometimento de grave infracção que implique a quebra do prestígio exigível ao magistrado para que possa manter-se no meio em que exerce funções (art. 93.º do EMJ).
- VI - Sabendo-se que no nosso ordenamento jurídico há muito se estabelece o requisito da classificação mínima de serviço para acesso e promoção a tribunais e sendo a compressão do princípio da inamovibilidade desencadeada pela mencionada movimentação obrigatória proporcionada à finalidade prosseguida pelo legislador, pela mesma ordem de razões, não se vê como reputar de merecedora de tutela ou, até, que seja razoável a expectativa que um juiz acalente de poder permanecer num tribunal/juízo para o qual deixou de ter a classificação exigida.

21-03-2019
Proc. n.º 73/18.OYFLSB
Alexandre Reis (relator) *
Tomé Gomes
Manuel Matos
Ferreira Pinto
Helena Moniz (com voto de vencida)
Graça Amaral (com voto de vencido)
Sousa Lameira (com voto de vencido)
Pinto Hespanhol (Presidente)

Princípio da igualdade
Arbitragem
Jubilação
Suspensão
Aposentação
Estatutos
Prazo
Princípio da proporcionalidade
Princípio da confiança
Princípio da decisão
Extemporaneidade
Omissão
Interpretação da lei
Acção de anulação
Acção de condenação
Acto administrativo
Ato administrativo
Ação de anulação
Ação de condenação
Cumulação de pedidos
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura
Juiz
Recurso contencioso

- I - A remissão efetuada pelos arts. 168.º, n.º 2, e 178.º, ambos do EMJ, para o regime dos recursos contenciosos interpostos perante o STA, deve ser lida, em sintonia com o disposto no artigo 191º, do CPTA, como constituindo uma remissão dinâmica para o regime deste Código.
- II - Assim, essa remissão é agora feita para a nova ação administrativa – arts. 37.º e ss. do CPTA.
- III - Com a alteração feita pelo DL n.º 214-G/2015, de 02-10, ao CPTA, passou a ser possível, relativamente a atos de conteúdo positivo, a cumulação de pedidos na ação de impugnação, nomeadamente do pedido de anulação do ato administrativo praticado com o pedido de condenação à prática de

ato legalmente devido, nos termos das normas conjugadas dos arts. 67.º, n.º 4, al. b), 66.º, n.ºs 3 e 4, al. c), e 4.º, n.º 1, al. c), todos do CPTA.

- IV - Não viola o princípio da igualdade, a proibição pelo EMJ, de suspensão do estatuto da jubilação, e a permissão, resultante do art. 7.º, do Regime Jurídico da Arbitragem Tributária, para os magistrados jubilados exercerem "funções de árbitro em matéria tributária", desde que solicitem a suspensão da sua jubilação.
- V - Com efeito, estamos perante situações e realidades diferentes, porque a suspensão da situação de jubilado, em geral, permitia ao magistrado exercer qualquer função remunerada e a suspensão do estatuto de jubilação para exercer as funções de árbitro tributário, apenas permite ao magistrado exercer essas mesmas funções.
- VI - O legislador, através da Lei n.º 9/2011, de 12-04, terminou com a possibilidade de suspensão do estatuto da jubilação, concedendo aos magistrados que, à data dela beneficiavam, a possibilidade de, no prazo de 3 meses a contar da sua entrada em vigor, optarem pelo regresso ao referido estatuto ou, em alternativa, de continuarem na situação de aposentado.
- VII - Não tendo sido feita qualquer opção, o magistrado fica na situação em que se encontrava, provisoriamente, e que era a de aposentado, sendo que tal situação passou, a partir daquela data, a ser definitiva.
- VIII - A Lei n.º 9/2011, de 12-04, não prevê expressamente a consequência para a omissão da concretização da referida opção, mas nem tinha que o fazer, na medida em que tal omissão implica naturalmente a transição para definitiva de uma situação até aí temporária: a aplicação do regime de aposentação.
- IX - A opção, só agora manifestada, de regresso à situação de jubilado, feita por um Juiz Conselheiro que se encontrava com a jubilação suspensa desde Dezembro de 1994, e que nada declarou, no prazo concedido, pelo n.º 2, do art. 7.º, da Lei n.º 9/2011, não suscita um dever de decisão e de deliberação por parte do CSM. porquanto é extemporânea e, como tal, não põe em causa a sua situação estatutária de aposentação, consolidada pelo decurso do prazo legal para o exercício dessa opção.

21-03-2019

Proc. n.º 79/18.9YFLSB

Ferreira Pinto (relator) *

Alexandre Reis

Manuel Matos

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Princípio da igualdade

Boa-fé

Erro sobre os pressupostos de facto

Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação
Avaliação curricular
Falta de fundamentação
Classificação de serviço
Princípio da confiança
Violação de lei
Homologação
Relatório de inspecção
Relatório de inspeção
Ónus de alegação
Ónus da prova
Discricionariedade técnica
Júri
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura
Recurso contencioso
Juiz

- I - Por efeito do critério avaliativo estabelecido sobre os trabalhos científicos da autoria dos concorrentes, esses trabalhos não poderiam ser duplamente valorados pelo júri, pelo que os textos jurídicos a que alude a parte final da deliberação do júri em causa eram apenas aqueles que os concorrentes não haviam apresentado como trabalhos científicos, sendo que, no caso, a dupla valoração não encontra, na economia do parecer do júri, qualquer eco que se possa ter como razoável.
- II - Nesta conformidade, sendo inexato que a invocação em apreciação prescinda da alegação e demonstração dos factos pertinentes, não se prefigura a ocorrência de uma violação do princípio da igualdade.
- III - A avaliação da capacidade de trabalho dos concorrentes assenta na formulação de juízos de avaliação técnica-valorativa e na intuição experiente dos membros do júri, que, pela sua própria natureza, se inserem- na margem de liberdade de atuação da Administração, pelo que, verificando-se o estrito cumprimento da determinação em tratar diferenciadamente o que é diverso, não se descortina qualquer infração ao princípio da igualdade.
- IV - A homologação de notações de serviço não é, em si mesma, idónea a gerar uma fundada confiança no reconhecimento de que viria a ser concedida uma pontuação elevada no subcritério avaliativo atinente à capacidade de trabalho, já que esse não é o único item atendível em sede de classificação de magistrados, pelo que, neste conspecto, não se surpreende qualquer antinomia a que se deva reconhecer relevo como contrária ao princípio da boa-fé.
- V - Dado que a obra indicada pela recorrente como trabalho científico foi valorada e pontuada nesse âmbito, e não se divisando que o júri haja preconizado a dupla valoração dos trabalhos científicos, não podia aquela obra ser tida em conta no contexto de um outro critério de avaliação

curricular, pelo que não se descortina, assim, qualquer violação de lei que conduza à invalidação da deliberação recorrida.

- VI - Cingindo-se a discordância da recorrente à apreciação formulada pelo júri acerca do conteúdo dos relatórios inspetivos que considerou, pretendendo a recorrente substituir essa valoração pela sua própria perceção e avaliação acerca do que consta naqueles elementos, tal invocação revela-se qualitativamente insuficiente para enquadrar o conceito de erro sobre pressupostos de facto, sendo desprovido de fundamento, neste âmbito, concitar as valorações e pontuações expressas pelo CSM num subsequente concurso curricular.
- VII - Não tendo a dupla valoração de trabalhos autorais apresentados como científicos sido preconizada nem encetada pelo júri – que consignou, no que toca à recorrente, não se registarem atividades no âmbito forense e no domínio do ensino jurídico, sem que se aluda à maior ou menor valia do mencionado trabalho – não se verifica o vício da falta de fundamentação invocado pela Recorrente.

21-03-2019

Proc. n.º 63/16.7YFLSB

Sousa Lameira (relator) *

Tomé Gomes

Pires da Graça

Ferreira Pinto

Manuel Braz

Júlio Gomes

Pinto Hespanhol (Presidente)

Suspensão da eficácia

Pressupostos

Periculum in mora

Fumus boni iuris

Reclamação hierárquica

Inutilidade superveniente da lide

Prejuízo de difícil reparação

Antiguidade

- I - A suspensão da eficácia de um acto administrativo depende da verificação dos seguintes requisitos: i) existência de fundado risco de constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação para os interesses que o recorrente visa assegurar (primeiro segmento do n.º 1 do art. 120.º do CPTA), o denominado *periculum in mora*; ii) probabilidade de a pretensão formulada ou a formular pelo recorrente no recurso contencioso vir a ser julgada procedente (segmento final do mesmo n.º 1 do art. 120.º do CPTA), a existência de *fumus boni iuris*; iii) proporcionalidade entre os danos que se pretendem evitar com a concessão da providência e os danos que

resultariam para o interesse público dessa mesma concessão (n.º 2 do referido art. 120.º).

- II - De acordo com a jurisprudência reiterada deste STJ, a verificação do *periculum in mora* implica que os prejuízos em causa sejam prejuízos concretos, reais, efectivos, carecendo de relevância para o efeito os prejuízos indirectos, mediatos, meramente hipotéticos, conjecturais ou eventuais.
- III - No presente caso, o requerente solicitou a suspensão da execução da deliberação do CSM que determinou o arquivamento, por inutilidade superveniente, da reclamação do despacho que fixou a sua antiguidade, verificando-se que os prejuízos alegados não resultam directa e imediatamente dessa deliberação, sendo apenas prejuízos de natureza conjectural e eventual.
- IV - Também não se considera que, a concretizarem-se, tais prejuízos hipotéticos ou eventuais sejam “*irreparáveis ou de difícil reparação*” para os interesses que o requerente/demandante visa assegurar no processo principal.
- V - Faltando assim o requisito do *periculum in mora* fica prejudicada a apreciação dos demais requisitos da requerida providência cautelar de suspensão de eficácia da deliberação do CSM.

21-03-2019

Proc. n.º 6/19.6YFLSB

Maria da Graça Trigo (relatora) *

Manuel Augusto de Matos

Chambel Mourisco

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Non bis in idem

Pena de suspensão do exercício

Prescrição

Procedimento disciplinar

Decisão final

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

Conselho dos Oficiais de Justiça

Oficial de justiça

Recurso contencioso

- I - Tendo o arguido sido condenado no processo disciplinar n.º X numa pena de 40 dias de suspensão por factos autónomos e distintos dos factos em causa nos presentes autos, não foi julgado e condenado de novo pelos mesmos factos.

- II - Embora em ambos os processos disciplinares sejam semelhantes as situações no que concerne às formas de actuar do arguido, decorrentes de circunstâncias idênticas e até pouco distantes no tempo, tais condutas são indubitavelmente distintas e contaram, para além do mais, com intervenientes distintos, daí que, não se configurando qualquer dupla valoração do mesmo substrato material, há que concluir pela inexistência de qualquer violação do princípio *ne bis in idem*.
- III - Considerando que entre a data da instauração do procedimento disciplinar até à notificação da decisão final ao arguido, ressalvando o período de suspendo determinado pelo COJ, decorreram 18 meses e 11 dias, verifica-se a alegada prescrição do procedimento disciplinar nos termos do art. 6.º, n.º 6, do EDTFP, o que determina que, ao não conhecer e declarar a prescrição ocorrida, a deliberação recorrida não respeitou o estatuído no n.º 6 do art. 6.º do EDTFP, incorrendo, como tal, em vício de violação de lei, que gera a sua anulabilidade (n.º 1 do art. 163.º do CPA).

21-03-2019

Proc. n.º 29/18.2YFLSB

Isabel São Marcos (relatora) *

Alexandre Reis (com voto de vencido quanto à fundamentação)

Tomé Gomes

Raul Borges

Ferreira Pinto

José Raínho

Olindo Geraldês

Pinto Hespanhol (Presidente)

Non bis in idem

Nulidade

Procedimento criminal

Procedimento disciplinar

Prazo de prescrição

Contagem de prazos

Suspensão da prescrição

Despacho de pronúncia

Acusação

Decisão final

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

Conselho dos Oficiais de Justiça

Oficial de justiça

Recurso contencioso

- I - O princípio *ne bis in idem* consagrado no art. 29.º, n.º 5, da CRP como princípio basilar do processo penal, é aplicável, em virtude da sua ratio, à perseguição de infrações disciplinares no domínio dos sistemas sancionatórios públicos, como é o inerente ao estatuto disciplinar da

função pública e, por via subsidiária, o respeitante ao estatuto disciplinar dos funcionários de justiça.

- II - De tal princípio decorre a proibição de, na atividade sancionatória, se proceder a uma dupla valoração do mesmo substrato fáctico, de modo a evitar pronúncias dispares sobre factos unitários.
- III - Constando o referido princípio do catálogo dos direitos fundamentais plasmado na CRP, sempre que ocorrer violação do mesmo na realização de ato punitivo, este ato será nulo por ofender o conteúdo essencial de um direito fundamental, nos termos do art. 161.º, n.ºs 1 e 2, al. d), do CPA.
- IV - Num caso, como o da presente impugnação, em que ao arguido foi aplicada, em processo disciplinar anterior, sanção disciplinar por infrações ocorridas em processo criminal conexas com crimes distintos dos cometidos no mesmo processo pelos quais foi posteriormente condenado, a aplicação ao mesmo arguido, em ulterior processo disciplinar, de outra sanção disciplinar por infrações conexas com os crimes por que foi depois condenado não constitui violação do princípio ne bis in idem.
- V - Para efeitos do início do cômputo do prazo de prescrição de 30 dias do direito de instaurar o procedimento disciplinar, estabelecido no artigo 6.º, n.º 2, do EDTEFP, aplicável, subsidiariamente aos funcionários de justiça, por via do artigo 123.º do EFJ, o que releva não é o conhecimento do mero facto naturalístico, mas sim da infração indiciada como materialidade juridicamente significativa na perspetiva do ilícito disciplinar, ou seja, com uma corporeidade ou envolvimento suscetível de se assim ser qualificada.
- VI - Para os mesmos efeitos, no elenco das entidades e superiores hierárquicos previstos no n.º 1 do art. 94.º do EFJ, o que releva é o conhecimento por parte do Plenário do COJ, como órgão colegial competente para instaurar o procedimento disciplinar contra os funcionários de justiça, que não a comunicação feita ao respetivo Vice-Presidente.
- VII - Em caso de pendência de processo-crime contra arguido simultaneamente visado pelos mesmos factos em processo disciplinar, existem razões ponderosas para admitir como relevante, para os efeitos do n.º 7 do art. 6.º conjugado com o artigo 7.º do EDTFP, a suspensão do processo disciplinar, por parte do órgão que o dirige, na decorrência do despacho de pronúncia ou de despacho a ele equivalente proferido no processo criminal contra àquele arguido.
- VIII - Com efeito, só assim se conseguirá, por um lado, prevenir uma indesejável desarmonia, senão mesmo contradição, entre os desfechos alcançáveis nas duas sedes punitivas e, por outro lado, otimizar a atividade probatória com prevalência da investigação criminal em si mais

ampla do que a disciplinar e, portanto, com vantagens acrescidas para a defesa do arguido, ainda que com alguns custos de celeridade.

- IX - Tal suspensão mostra-se justificada num caso, como o dos autos, em que o processo disciplinar emergiu em virtude de a acusação deduzida no inquérito criminal, inteiramente acolhida na subsequente pronúncia, ter revelado novos factos passíveis, simultaneamente, de qualificação criminal e disciplinar que, além disso, necessitavam de ser diferenciados, em sede disciplinar, de outros factos constantes da mesma acusação mas que já tinham sido objeto de anterior processo disciplinar.

21-03-2019

Proc. n.º 30/18.6YFLSB

Tomé Gomes (relator) *

Alexandre Reis (com voto de vencido)

Isabel São Marcos

Raul Borges

Ferreira Pinto

José Raínho

Olindo Geraldês

Pinto Hespanhol (Presidente)

Execução de sentença

Anulação de acórdão

Procedimento disciplinar

Omissão de pronúncia

Suspensão da execução da pena

Pena de multa

Atraso processual

Factos provados

Factos relevantes

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

Juiz

Recurso contencioso

- I - A deliberação do CSM de 11-07-2018, ora impugnada, surge na sequência do acórdão deste STJ datado de 16-05-2018, que determinou a anulação (parcial) da deliberação do Plenário do CSM de 12-09-2017, com fundamento em omissão de pronúncia. Essa anulação reportou-se apenas ao segmento de omissão de pronúncia sobre o pedido de suspensão da execução da pena de multa. Todos os demais vícios apontados àquela deliberação foram no mesmo acórdão julgados não verificados.

- II - A deliberação agora impugnada surge, assim, em execução de acórdão de anulação de acto administrativo, isto é, de anulação da deliberação de 12-09-2017.
- III - Na deliberação impugnada apenas foram consideradas, na factualidade provada e na fundamentação de facto e de direito, todas as regularizações de atrasos levadas a cabo pela recorrente até 12-09-2017, ou seja, considerando como marco limite do acervo factual a data da deliberação anulada.
- IV - Improcedendo a pretensão da Recorrente no sentido de que se impunha ao CSM na deliberação ora impugnada considerar todas as regularizações de atrasos que realizou de 12-09-2017 até à data da prolação da deliberação impugnada (11-07-2018) ou de que, na futura deliberação a proferir pelo CSM, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias que ocorram até essa data.
- V - O dever da execução do julgado anulatório previsto no art. 173.º do CPTA que consagra o «princípio da reconstituição da situação actual hipotética», exige que os actos administrativos praticados em execução do julgado têm de se reportar ao momento da prática do acto anulado, devendo por isso, em princípio, considerar a situação de facto e a legislação em vigor a essa data.

21-03-2019

Proc. n.º 78/18.OYFLSB

Manuel Augusto de Matos (relator) *

Alexandre Reis

Tomé Gomes

Ferreira Pinto

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

ABRIL

Suspensão da eficácia

Requisitos

Movimento judicial

Classificação de serviço

Prejuízo de difícil reparação

Periculum in mora

Fumus boni iuris

Conhecimento prejudicado

Ónus da prova

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

Juiz

- I - A concessão de uma providência cautelar conservatória de suspensão da eficácia de um ato recorrido depende da verificação dos seguintes requisitos:
 - a) existência de fundado risco de constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação para os interesses que o recorrente visa assegurar (*periculum in mora*);
 - b) probabilidade de a pretensão formulada ou a formular pelo recorrente no recurso contencioso vir a ser julgada procedente (*fumus boni iuris*);
 - c) proporcionalidade entre os danos que se pretendem evitar com a concessão da providência e os danos que resultariam para o interesse público dessa mesma concessão.
- II - Os requisitos exigidos para a concessão da providência são apreciados na base de um juízo de verosimilhança, diferente do que é feito no processo principal, sendo certo que a característica sumária dos processos cautelares justifica que caso não se verifique um dos requisitos se deva considerar prejudicada a apreciação dos restantes.
- III - A requerente, que baseia o seu pedido de suspensão de eficácia do ato recorrido no receio de que o CSM delibere pela realização do Movimento Judicial Ordinário (MJO) de 2019, nos mesmos termos, critérios e condições que foram adotados no MJO de 2018, não logrou demonstrar que a execução imediata do ato recorrido é suscetível de lhe causar prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

09-04-2019

Proc. n.º 7/19.4YFLSB

Chambel Mourisco (relator) *

Pedro Lima Gonçalves

Manuel Augusto de Matos

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Oposição entre os fundamentos e a decisão

Pressupostos

Nulidade de acórdão

- I - A oposição entre os fundamentos e a decisão que determina a nulidade da decisão (art. 615.º, n.º 1, al. c), do CPC) consubstancia um vício real de raciocínio do julgador que se traduz no facto de a fundamentação (i.e. as premissas do silogismo judiciário) se mostrar incongruente com a decisão (conclusão) que dela deve logicamente decorrer.

- II - A consideração de que o CSM não estava legal e regulamentarmente adstrito a encetar o juízo comparativo preconizado pela autora mostra-se plenamente coerente com a decisão de não conceder provimento ao recurso, pelo que não se configura a pretendida nulidade do acórdão reclamado.

09-04-2019

Proc. n.º 68/18.3YFLSB

Helena Moniz (relatora) *

Alexandre Reis

Manuel Augusto de Matos

Ferreira Pinto

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Recurso de decisão do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Ordem de serviço

Manifesta improcedência

Competência

Juiz presidente

Função jurisdicional

Competência do relator

Competência do tribunal colectivo

Independência dos tribunais

Juiz natural

Tribunal de comarca

Constitucionalidade

- I - O vício de *manifesta ilegalidade* previsto no art. 173.º, n.º 3, do EMJ, inscreve-se, não no campo dos vícios processuais, antes tendo a ver com a inverificação da propriedade substancial de a pretensão ser "legalmente possível" e com a sua consequente viabilidade.
- II - A manifesta ilegalidade do recurso reconduzir-se-á, assim, aos casos em que for notório que o efeito jurídico peticionado não tem apoio legal, ou seja, estatuição que o determine, de tal forma que se torna inútil a continuação da instância recursória.
- III - Não cabe no âmbito da competência prevista na al. f) do n.º 1 do art. 62.º da LOSJ, a possibilidade do Presidente do STJ interferir em questões de matéria jurisdicional, isto é, proceder à apreciação dos despachos proferidos nos processos pelos Exmos. Juízes Relatores ou pelo Coletivo de Juízes, e, em caso de não concordância, proceder à sua revogação e substituição por outros, sob pena de violação clara do princípio da independência dos tribunais e do princípio do juiz natural.
- IV - Qualquer interpretação que permita considerar que o art. 62.º, n.º 1, al. f), da LOSJ consagra uma competência do Presidente do STJ para "emitir

ordens de serviço" a um Conselheiro relativas ao ato de julgar (mormente, revogar decisões proferidas no processo por um Juiz Conselheiro), mostra-se claramente inconstitucional, por violação dos princípios contidos nos arts. 2.º e 203.º, da CRP.

V - O art. 94º da LOSJ contempla as competências do Juiz Presidente da Comarca, não sendo aplicável ao Presidente do STJ.

09-04-2019

Proc. n.º 1/19.5YFLSB

Pedro Lima Gonçalves (relator) *

Manuel Augusto de Matos

Chambel Mourisco

Helena Moniz

Graça Amaral

Sousa Lameira

Pinto Hespanhol (Presidente)

Reposição de dinheiros públicos

Acto constitutivo de direitos

Ato constitutivo de direitos

Lei interpretativa

Anulação de despacho

Prazo de prescrição

Exigibilidade da obrigação

Vencimento

Lei especial

Acto administrativo

Ato administrativo

Retroactividade da lei

Retroatividade da lei

Interpretação da lei

Acção de anulação

Ação de anulação

Acção de condenação

Ação de condenação

Cumulação de pedidos

Processo administrativo

Nulidade processual

Presunções legais

Causa de pedir

Conhecimento oficioso

Juiz

Recurso contencioso

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - A remissão efetuada pelos arts. 168.º, n.º 5, e 178.º, ambos do EMJ, para o regime dos recursos contenciosos interpostos perante o STA, deve ser lida, em sintonia com o disposto no art. 191.º, do CPTA, como constituindo uma remissão dinâmica para o regime deste Código.
- II - Assim, essa remissão é agora feita para a nova ação administrativa – arts. 37.º e segs. do CPTA.
- III - Com a alteração feita pelo DL n.º 214-G/2015, de 02-10, ao CPTA, passou a ser possível, relativamente a atos de conteúdo positivo, a cumulação de pedidos na ação de impugnação, nomeadamente do pedido de anulação do ato administrativo praticado com o pedido de condenação à prática de ato legalmente devido – normas conjugadas dos arts. 67.º, n.º 4, al. b), 66.º, n.ºs 3 e 4, al. c), e 4.º, n.º 1, al. c), todos do CPTA.
- IV - O art. 174.º, n.º 2, do EMJ, obriga o CSM a remeter com a resposta, ou no seu prazo, para o STJ, o processo administrativo que tenha organizado, mas não indica quais as consequências do seu não envio.
- V - É, assim, aplicável subsidiariamente o disposto no art. 84.º, do CPTA, que regula o envio do “Processo Administrativo” nas ações impugnatórias de ato administrativo, por remissão do art. 178º, do EMJ.
- VI - De acordo com o art. 84.º, do CPTA, a omissão da remessa do processo administrativo não obsta ao prosseguimento da causa e não traz qualquer consequência a nível adjetivo, nomeadamente não integrando qualquer nulidade, dado que determina, apenas, que os factos alegados pelo autor se consideram provados, se aquela falta tiver tornado a prova impossível ou de considerável dificuldade (presunção legal de prova).
- VII - Nas ações de impugnação de atos administrativos o tribunal deve pronunciar-se sobre todas as causas de invalidade que tenham sido invocadas contra o ato impugnado, assim como deve identificar a existência de causas de invalidade diversas das que tenham sido alegadas – art. 95.º, n.º 3, do CPTA.
- VIII - Estando em causa a reposição de dinheiros públicos, nomeadamente remunerações indevidamente pagas, estamos no âmbito do procedimento administrativo previsto no DL n.º 155/92, de 28-07, que estabelece o regime financeiro da Administração Pública (RAFE).
- IX - Dispõe o n.º 3, do seu art. 40.º, na redação dada pelo art. 2.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12, que “*Os atos administrativos que estejam na origem de procedimentos de reposição de dinheiros públicos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos a contar da data da respetiva emissão, nos termos do disposto na al. c) do n.º 4 do art. 168.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.*”

- X - A este n.º 3 foi atribuída pela própria Lei que o introduziu (o art. 6.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12) “*natureza interpretativa*”.
- XI - Integrando-se a norma interpretativa na norma interpretada, retroagem os seus efeitos ao início da vigência desta, nos termos do art. 13.º, n.º 1, do CC, o que significa que a interpretação autêntica “*retroage os seus efeitos até à data da entrada em vigor da antiga lei, tudo ocorrendo como se tivesse sido, publicada na data em que o foi a lei interpretada*”.
- XII - O legislador ao alterar a redação do n.º 3, e ao atribuir-lhe, de seguida, “natureza interpretativa”, pretendeu dar-lhe uma interpretação autêntica, a sua própria interpretação, fixando, deste modo, vinculativamente o alcance que, “*ab initio*”, deve ser atribuído ao preceito interpretado, e fê-lo, porque antes da sua vigência, havia divergências de interpretação, doutrinária e jurisprudencial, quanto ao prazo de cinco anos consagrado no art. 40.º, do DL n.º 155/92, de 28-07.
- XIII - Porém, a partir da redação introduzida ao n.º 3 e de lhe ser atribuída uma interpretação autêntica, o prazo de 5 anos “se confunde”, seja para a exigibilidade ou possibilidade de cobrança do crédito, seja para a anulação do ato administrativo, constitutivo de direito.
- XIV - O legislador com o DL n.º 85/2016 – para além do prazo de prescrição de 5 anos para a exigibilidade do crédito – quis, também, assumir um prazo mais longo, de 5 anos, para a anulação dos atos administrativos constitutivos de direitos (reposição de quantias recebidas por trabalhadores que exercem funções públicas), conforme resulta do art. 168.º, n.º 4, al. c), do CPA, e art. 40.º, n.º 3, do RAPE (inclusive dando carácter interpretativo a este n.º 3).
- XV - É orientação jurisprudencial consolidada que os atos de processamento de vencimentos, e outros abonos, constituem verdadeiros atos administrativos, e não meras operações materiais, suscetíveis de se consolidarem na ordem jurídica como «casos decididos», se não forem objeto de atempada impugnação.
- XVI - Assim, a existência de um regime especialmente aplicável à reposição de dinheiros públicos exclui a aplicabilidade de qualquer outro procedimento, seja o decorrente do art. 168.º, n.º 2, do CPA, seja o regime previsto no art. 128.º, n.º 6, do CPA (“*lex specialis derogat legi generali*”).

09-04-2019

Proc. n.º 75/18.6YFLSB

Ferreira Pinto (relator) *

Alexandre Reis

Tomé Gomes

Manuel Augusto de Matos

Helena Moniz

Graça Amaral
Sousa Lameira
Pinto Hespanhol (Presidente)

MAIO

Classificação de serviço
Movimento judicial
Interpretação
Colocação dos juízes de direito
Reclamação hierárquica
Impugnação
Suspensão da eficácia
Audiência prévia
Requisitos
Princípio da igualdade
Boa-fé
Princípio da confiança
Princípio da proporcionalidade
Princípio da imparcialidade
Inamovibilidade dos magistrados judiciais
Constitucionalidade
Sanção disciplinar
Transferência
Juiz
Recurso contencioso
Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Dispõe o art. 121.º do CPA que os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, abarcando esse direito a comunicação sobre o sentido provável da decisão, embora este não seja vinculativo para a administração e não releve em sede de boa-fé.
- II - Sob pena de não se garantir a igualdade de tratamento de todos os juízes com requisitos idênticos, face aos dados relevantes disponíveis e actualizados na mesma data, em princípio, o movimento de juízes, como qualquer outro acto administrativo, deve ter em conta, na data da sua efectivação, os dados actuais e definitivamente vinculantes para a própria entidade que o pratica, entre os quais se incluem, no que ao CSM respeita, os resultantes das suas próprias deliberações em Plenário, que não são susceptíveis de reclamação (hierárquica), mas apenas de impugnação judicial, a qual, no entanto, não suspende a eficácia do acto recorrido.
- III - Segundo tudo indica, com o que está escrito na deliberação de 10-05-2018, concretizada no ponto n.º 19 do Aviso (extrato) n.º 6475-A/20018, publicado no DR, 2.ª série, de 15-05-2018, o CSM socorreu-se dos termos

"reclamação" e "impugnação" com o seu sentido correntemente adquirido pela generalidade dos que eram os destinatários do Aviso (os juízes dos tribunais judiciais de 1.^a instância), ou seja, no sentido de deliberação ou homologação de propostas de notação que não tivessem suscitado contradita de qualquer espécie por parte do visado, no âmbito dos procedimentos inerentes à actuação do próprio Órgão.

- IV - Quando, em 06-02-2018, foi atribuída à Autora a notação que determinou a perda dos requisitos exigidos pelo art. 183.º da LOSJ para o lugar em que se encontrava colocada não estava em curso, sequer, a preparação pela secretaria de todas as operações tendentes à prática do acto pelo Órgão (previstas pelo citado art. 39.º do EMJ), nem, muito menos, «o movimento judicial seguinte» à atribuição da notação, que viria a ser decidido no posterior dia 11-07 desse ano, pelo que, sob esse prisma, aquela perda produziu efeitos «no movimento judicial seguinte» e os princípios da tutela da confiança, da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé permaneceram incólumes.
- V - Reitera-se que a deliberação atributiva de classificação a um juiz tomada pelo Plenário do CSM é, realmente, definitiva para o próprio Órgão e não passível de reclamação, devido à lógica inerente à estrutura e à natureza deste, mas, podendo ser impugnada judicialmente pelos por ela visados, apenas no apontado sentido se reveste de inevitabilidade, uma vez que a eventual decisão judicial da sua anulação, proferida no âmbito da sua impugnação, sempre imporá a prática dos actos necessários à reposição do *statu quo ante* (art. 172º do CPA).
- VI - Posto isto, no caso concreto, não se vislumbra em que medida é que a deliberação impugnada, ao atender à classificação anteriormente atribuída pelo Plenário do CSM, aliás, inteiramente conforme à prática consolidada do Órgão desde havia muitos anos, teria colidido com o princípio da tutela da confiança, ou com qualquer outra vertente do princípio da boa-fé.
- VII - A inamovibilidade do juiz, constitucionalmente imposta para assegurar a independência e esta para garantir a imparcialidade, não é um princípio absoluto e daí que se compreenda que o legislador adopte medidas adequadas a garantir que a prestação do juiz em determinados lugares mantenha o nível de qualidade conciliável com a classificação que a afectação ao seu desempenho pressupôs.
- VIII - Nomeadamente que, para tanto, consagre a regra estatutária da perda do lugar como efeito da perda dos requisitos que já se encontrassem positivados no ordenamento jurídico para a nomeação, medida que, não deixando ao CSM qualquer margem de discricionariedade ou subjectividade, não derroga, desproporcionadamente, princípios fundamentais aplicáveis aos juízes, como é o da inamovibilidade.
- IX - Do princípio da unicidade estatutária, plasmado no art. 215.º da CRP, decorre que a todos os juízes que formam o corpo único dos titulares dos tribunais judiciais se aplica um só estatuto próprio - com o valor reforçado imposto ao legislador ordinário pelo art. 164.º, al. m), da CRP -, mas não, necessariamente, que as normas que o compõem constem de um único

diploma, ou que no mesmo não possa ser feita remissão para normas estatutárias extravagantes, quer expressa quer implicitamente, como é de considerar a feita para a norma do art. 183.º, n.º 5, da LOSJ.

- X - A sujeição a movimentação obrigatória de um juiz que tenha perdido os requisitos exigidos para o lugar em que está colocado, visando o objectivo de assegurar uma administração da justiça qualitativamente superior, não pode ser encarada como uma sanção disciplinar de transferência, aplicada sem processo, por não lhe corresponderem o estigma e as consequências para a carreira do juiz inerentes a essa sanção, que necessariamente decorre da comprovação do cometimento de grave infracção que implique a quebra do prestígio exigível ao magistrado para que possa manter-se no meio em que exerce funções (art. 93.º do EMJ).
- XI - Sabendo-se que no nosso ordenamento jurídico há muito se estabelece o requisito da classificação mínima de serviço para acesso e promoção a tribunais e sendo a compressão do princípio da inamovibilidade desencadeada pela mencionada movimentação obrigatória proporcionada à finalidade prosseguida pelo legislador, pela mesma ordem de razões, não se vê como reputar de merecedora de tutela ou, até, que seja razoável a expectativa que um Juiz acalente de poder permanecer num tribunal/juízo para o qual deixou de ter a classificação exigida.

08-05-2019

Proc. n.º 74/18.8YFLSB

Alexandre Reis (relator) *

Tomé Gomes

Manuel Augusto de Matos

Ferreira Pinto

Graça Amaral (com voto de vencida)

Pinto Hespanhol (Presidente)

Suspensão da eficácia

Decisão final

Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça

Recurso para o tribunal pleno

Composição do tribunal

Inadmissibilidade

Esgotamento dos recursos

Extinção do poder jurisdicional

- I - Os juízes que constituem a secção do Contencioso do STJ, ao contrário das outras secções, intervêm todos no julgamento dos recursos. O EMJ e a própria LOSJ não prevêm a possibilidade de interposição de recurso para o Pleno dos acórdãos proferidos pela secção do Contencioso, pois esta delibera sempre com a totalidade dos seus juízes (em Pleno).

- II - A secção do Contencioso do STJ já proferiu acórdão que indeferiu a suspensão de eficácia da deliberação do Conselho Plenário do CSM, que, após reclamação, manteve a classificação de serviço de «Suficiente» à requerente. Estando-se perante uma situação em que para além de estar encerrada a discussão já foi proferida decisão final, não são aplicáveis as disposições legais invocadas pelo recorrente – arts. 425.º, 651.º, n.º 1 e 680.º, n.º 1, todos do CPC. Proferida a decisão final ficou esgotado o poder jurisdicional quanto à matéria em causa, nos termos do art. 613.º do CPC.

23-05-2019

Proc. n.º 7/19.4YFLSB

Chambel Mourisco (relator)

Pedro Lima Gonçalves

Maria da Graça Trigo

Helena Moniz

Graça Amaral

Oliveira Abreu

Pinto Hespanhol (Presidente)

Pressupostos

Periculum in mora

Fumus boni iuris

Prejuízo de difícil reparação

Classificação de serviço

Suspensão do exercício de funções

- I - A concessão de uma providência cautelar conservatória de suspensão da eficácia de um ato recorrido depende da verificação dos seguintes requisitos: a) existência de fundado risco de constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação para os interesses que o recorrente visa assegurar (*periculum in mora*); b) proporcionalidade de a pretensão formulada ou a formular pelo recorrente no recurso contencioso vir a ser julgada procedente (*fumus boni iuris*); c) proporcionalidade entre os danos que se pretendem evitar com a concessão da providência e os danos que resultariam para o interesse público dessa mesma concessão.
- II - Os requisitos exigidos para a concessão da providência são apreciados na base de um juízo de verosimilhança, diferente do que é feito no processo principal, sendo certo que a característica sumária dos processos cautelares justifica que caso não se verifique um dos requisitos se deva considerar prejudicada a apreciação dos restantes.
- III - Não integra o conceito de «prejuízo irreparável ou de difícil reparação» a alegação da requerente de que só no exercício de funções poderá justificar as diligências probatórias que ordenou nos autos, podendo assim demonstrar a racionalidade da sua conduta processual, que foi

questionada em sede de processo inspetivo, que determinou a sua classificação profissional de Medíocre, que veio a ser homologada pelo Conselho Plenário do CSM.

23-05-2019

Proc. n.º 21/19.0YFLSB

Chambel Mourisco (relator) *

Pedro Lima Gonçalves

Maria da Graça Trigo

Helena Moniz

Graça Amaral

Oliveira Abreu

Pinto Hespanhol (Presidente)

Suspensão da eficácia

Acto de conteúdo puramente negativo

Ato de conteúdo puramente negativo

Periculum in mora

Fumus boni iuris

Prejuízo de difícil reparação

Nexo de causalidade

Procedimento disciplinar

Reconstituição natural

Danos reflexos

Requisitos

Pressupostos

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

Despacho

Reclamação

Improcedência

Diligência de instrução

Prescrição

Juiz

Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura

- I - Nos termos do art. 170.º, n.º 2, 2.ª parte, do EMJ e do art. 120.º, n.º 1, do CPTA, a adoção da providência cautelar de suspensão da eficácia de um ato administrativo depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos: (i) a existência de fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal (critério do *periculum in mora*) e (ii) a probabilidade séria de a pretensão formulada ou a formular pelo requerente no recurso contencioso vir a ser julgada procedente (critério do *fumus boni iuris* ou da aparência do bom direito).
- II - Nos termos do n.º 2 do art. 120.º, do CPTA, o decretamento da providência será recusado quando, «devidamente ponderados os

interesses públicos e privados em presença, os danos que resultariam da sua concessão se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua recusa, sem que possam ser evitados ou atenuados pela adoção de outras providências», constituindo tal ponderação e proporcionalidade um requisito negativo.

- III - Na indagação do preenchimento do primeiro requisito, que se prende com a morosidade processual da impugnação contenciosa, caberá emitir um juízo de prognose em termos de avaliar se a não concessão da providência cautelar pode conduzir: (i) ou a uma situação de irreversibilidade, traduzida na impossibilidade da reconstituição natural da situação existente antes da atuação ilegal (situação de facto consumado); (ii) ou a uma situação em que, sendo a reconstituição natural, em abstrato, possível, esta se revele, todavia, muito difícil, em especial por não ser determinável a verdadeira extensão dos prejuízos causados (produção de prejuízo de difícil reparação).
- IV - Na relevância deste requisito, importa atentar que (i) serão prejuízos de difícil reparação «aqueles cuja reintegração no plano dos factos se perspectiva difícil seja porque pode haver prejuízos que, em qualquer caso, se produzirão ao longo do tempo e que a reintegração da legalidade não é capaz de reparar ou, pelo menos, de reparar integralmente»; (ii) tais prejuízos terão de resultar direta, imediata e necessariamente do ato suspendendo, carecendo de relevância para o efeito, os danos ou prejuízos indiretos ou mediatos; e (iii) terão de consistir em danos ou prejuízos efetivos, reais e concretos, sendo de desconsiderar os danos ou prejuízos meramente hipotéticos, conjecturais, ou aleatórios.
- V - A deliberação do CSM, que julga improcedente a reclamação deduzida contra despacho do Vice-Presidente do CSM, é um ato de conteúdo (puramente) negativo, uma vez que, por si só e enquanto tal, não comporta, aparentemente, nem dela resulta diretamente, a produção de qualquer efeito jurídico na situação individual e concreta da requerente, pelo que, em princípio, não se vislumbra qualquer interesse na suspensão da eficácia do ato.
- VI - Não ocorre, no caso em presença, uma situação de facto consumado, traduzida na impossibilidade da reconstituição natural da situação existente antes da atuação ilegal, porquanto, sendo o ato suspendendo de conteúdo puramente negativo, ainda que não seja decretada a providência cautelar, sempre se mantém a situação que existia à data da deliberação do Plenário do CSM até ao momento em que, no processo principal, seja decidida a questão da validade do ato impugnado.
- VII - Não se pode ter por verificado o requisito do fundado receio da produção de prejuízos de difícil reparação porquanto os prejuízos invocados: (i) são insuscetíveis de se identificarem como consequência direta, imediata e necessária do ato a suspender, uma vez que tais prejuízos se prendem apenas com a própria tramitação do processo disciplinar e com o prosseguimento dos seus termos; e (ii) sempre seriam de desconsiderar

enquanto prejuízos que não colocam em risco a efetividade da decisão proferida no processo principal.

23-05-2019

Proc. n.º 19/19.8YFLSB

Pedro Lima Gonçalves (relator) *

Maria da Graça Trigo

Chambel Mourisco

Helena Moniz

Graça Amaral

Oliveira Abreu

Pinto Hespanhol (Presidente)

* Sumário elaborado pelo relator

** Sumário revisto pelo relator

A		Composição do tribunal	37
Absolvição da instância	13	Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação	11, 22
Ação de anulação	20, 32	Conflito de interesses	6
Ação de condenação	20, 32	Conhecimento oficioso	32
Acção de anulação	20, 32	Conhecimento prejudicado	29
Acção de condenação	20, 32	Conselho dos Oficiais de Justiça	25, 26
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça	2	Conselho Superior da Magistratura	6
Acto administrativo	20, 32	Constitucionalidade	16, 18, 31, 35
Acto constitutivo de direitos	31	Constituição obrigatória de advogado	13
Acusação	26	Contagem de prazos	25
Advogado em causa própria	13	Cumulação de pedidos	20, 32
Antiguidade	11, 23	D	
Anulação de acórdão	27	Danos reflexos	39
Anulação de despacho	32	Decisão final	25, 26, 37
Aposentação compulsiva	13	Deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura	3, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 25, 26, 28, 29, 32, 35, 39
Arbitragem	20	Depósito de sentença	5
Ato administrativo	20, 32	Desconto	3
Ato constitutivo de direitos	31	Despacho	15, 39
Atraso processual	5, 27	Despacho de pronúncia	26
Audiência prévia	34	Dever de correção	3
Avaliação curricular	22	Dever de correcção	3
B		Dever de fundamentação	6
Boa-fé	15, 18, 22, 35	Dever de zelo	3
C		Deveres funcionais	3
Causa de pedir	32	Diligência de instrução	39
Classificação de serviço	5, 12, 14, 15, 18, 22, 29, 34, 38	Discricionariedade técnica	3, 5, 12, 14, 18, 22
Colocação dos juízes de direito	15, 34	E	
Competência	3, 30	Erro de julgamento	2, 12
Competência do relator	30	Erro grosseiro	12, 14
Competência do tribunal colectivo	31	Erro sobre os pressupostos de facto	5, 12, 22
			39

Sumários de Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça
Secção do Contencioso

Esgotamento dos recursos	37	Liberdade de expressão	2
Estatutos	20	Licença sem vencimento	11
Execução de sentença	27		
Exigibilidade da obrigação	32	M	
Extemporaneidade	20	Manifesta improcedência	30
Extinção do poder jurisdicional	37	Matéria de facto	6
		Meios de prova	6, 14
F		Movimento judicial	15, 18, 29, 34
Factos provados	28		
Factos relevantes	28	N	
Falta de fundamentação	3, 5, 12, 22	Nexo de causalidade	11, 39
<i>Fumus boni iuris</i>	11, 23, 29, 38, 39	<i>Non bis in idem</i>	24, 25
Função jurisdicional	30	Nulidade	25
		Nulidade de acórdão	2, 30
G		Nulidade processual	32
Graduação	11		
		O	
H		Oficial de justiça	25, 26
Homologação	22	Omissão	20
		Omissão de pronúncia	2, 27
I		Ónus da prova	22, 29
Imparcialidade	3, 18	Ónus de alegação	3, 5, 22
Improcedência	39	Oposição entre os fundamentos e a decisão	30
Impugnação	15, 34	Ordem de serviço	30
Inadmissibilidade	37		
Inamovibilidade dos magistrados judiciais	6, 18, 35	P	
Incertos	11	Patrocínio forense	13
Indeferimento	6, 14	Pena de multa	27
Independência dos tribunais	3, 6, 18, 31	Pena de suspensão do exercício	24
Infração disciplinar	3	<i>Periculum in mora</i>	11, 23, 29, 38, 39
Infracção disciplinar	3	Poderes do Supremo Tribunal de Justiça	6, 12, 14
Inspeção judicial	12	Prazo	20
Inspeção judicial	12	Prazo de prescrição	25, 32
Inspector judicial	14	Prejuízo de difícil reparação	11, 23, 29, 38, 39
Inspetor judicial	14	Prescrição	24, 39
Interesse em agir	6	Pressupostos	11, 23, 30, 38, 39
Interesse público	6	Presunção	6
Interpretação	34	Presunções legais	32
Interpretação da lei	15, 20, 32	Princípio da confiança	6, 15, 18, 20, 22, 35
Inutilidade superveniente da lide	23	Princípio da decisão	20
Invalidez	12, 14	Princípio da igualdade	2, 5, 15, 18, 20, 22, 34
Isenção de custas	12	Princípio da imparcialidade	6, 15, 35
		Princípio da justiça	14, 15
J		Princípio da legalidade	14
Juiz 3, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 28, 29, 32, 35, 39		Princípio da proporcionalidade	6, 14, 15, 18, 20, 35
Juiz natural	31	Princípio da razoabilidade	14
Juiz presidente	30	Princípio inquisitório	6
Júri	22	Procedimento criminal	25
		Procedimento disciplinar	24, 25, 27, 39
L		Processo administrativo	32
Legitimidade	6	Processo disciplinar	12, 14
Lei especial	32	Publicação	15
Lei interpretativa	31		

Sumários de Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça
Secção do Contencioso

Q		Suspeição	3, 6
		Suspensão	14, 20
Questão prejudicial	14	Suspensão da eficácia	11, 15, 23, 29, 34, 37, 39
R		Suspensão da execução da pena	27
Reclamação	2, 14, 39	Suspensão da prescrição	25
Reclamação hierárquica	15, 23, 34	Suspensão do exercício de funções	3, 38
Reconstituição natural	39	Suspensão preventiva	3
Recurso contencioso	3, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 25, 26, 28, 32, 35	T	
Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça	37	Taxa de justiça inicial	12
Recurso para o tribunal pleno	37	Transferência	18, 35
Relatório de inspeção	14, 22	Tribunal de comarca	31
Relatório de inspecção	14, 22	V	
Requisitos	15, 29, 34, 39	Vencimento	32
Retroactividade da lei	32	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura	15, 39
Retroatividade da lei	32	Violação de lei	12, 22
S			
Sanção disciplinar	6, 18, 35		